



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COGESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE, REALIZADA AOS 7 DE OUTUBRO DE 2025:

Ao sétimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, nas instalações da START Esposende, realizou-se a 44.^a reunião ordinária da Comissão de Cogestão do Parque Natural do Litoral Norte (PNLN), sob a presidência de Sérgio Mano, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Esposende (CME), estando presentes os seguintes membros, com direito a voto:

- Carlos Rio
(Representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas)
- Graça Fonseca
(Chefe de Divisão da Integração de Políticas Territoriais, CCDR-Norte, I.P.)
- Jorge Dias
(Diretor do Departamento Regional de Conservação da Natureza e Biodiversidade do Norte, ICNF, I.P.)
- Paulo Marques
(Representante da EAmb – Esposende Ambiente, EM)

Participaram ainda, sem direito a voto, as seguintes personalidades, instituições ou serviços:

- Anabela Almeida
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Empresa Municipal Esposende Ambiente)
- Artur Viana
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pelo ICNF, I.P.)
- Carlos Ferreira
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Câmara Municipal de Esposende)
- Irene Fontes
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela CCDR-Norte, I.P.)
- Pedro Capitão
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Empresa Municipal Esposende Ambiente)
- Raquel Leite
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Câmara Municipal de Esposende)
- Vasco Ferreira
(Membro da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão pela Câmara Municipal de Esposende)

Registaram-se as seguintes ausências:

- Universidade do Minho
- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
- Associação dos Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende

A reunião foi secretariada por Vasco Ferreira, membro da Estrutura de Apoio à Comissão

de Cogestão do PNLN pela Câmara Municipal de Esposende.

Havendo quórum [*estando presentes fisicamente na reunião ou a participar através de meios telemáticos, pelo menos, um terço dos seus membros, com direito a voto*], a sessão teve início às dez horas e trinta minutos, com a declaração de abertura da reunião por parte de Sérgio Mano, que apresentou a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **[informação]** Aviso AAC 04/2025 - CAPACITAÇÃO TÉCNICA DAS COMISSÕES DE COGESTÃO;
2. **[informação]** AVISO AAC N.º 05 /2025 «COGESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS 2025-2026 COMPONENTE II DINAMIZAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS»;
3. **[informação]** Atualização do portal da cogestão – informação da APA, I.P.;
4. **[informação]** Desafetação de áreas de caça no PNLN.

[Outros assuntos]

- Pilaretes no Pinhal de Ofir;
 - Cosmo 2.0.
5. **[informação]** Encerramento e agendamento da 45.^a reunião.

[ponto 1.] Iniciando a reunião, procedeu-se à informação que a candidatura do Município de Esposende ao Aviso AAC 04/2025 - «CAPACITAÇÃO TÉCNICA DAS COMISSÕES DE COGESTÃO foi submetida com sucesso aguardando-se a sua apreciação.»

[ponto 2.] No âmbito do Aviso AAC 04/2025 - «COGESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS 2025-2026 COMPONENTE II DINAMIZAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS» Carlos Ferreira informou que a equipa técnica reuniu no dia anterior e que está a ser ponderado avançar com uma candidatura centrada no controlo de espécies de flora invasoras na componente terrestre, prevendo-se o envolvimento de outros parceiros. Acrescentou que se encontra a ultimar a memória descritiva e a proceder à recolha de orçamentos.

Raquel Leite salientou que o aviso termina no final de outubro, sendo necessário definir os parceiros e formalizar um contrato de parceria. Referiu ainda que, numa reunião de esclarecimentos realizada recentemente, foi levantada a questão de que a assinatura dos contratos de parceria deverá ocorrer até ao dia 10 de outubro, em virtude das eleições autárquicas. Tendo o Município de Esposende a posição de entidade líder, será necessário

aguardar pela tomada de posse do presidente eleito. Alertou igualmente que, segundo o referido na reunião de esclarecimentos, todos os parceiros deverão ter investimento associado.

Questionou, assim, como poderá a Câmara Municipal assinar o contrato de parceria até 10 de outubro, o que se afigura inviável. Informou ainda que o Fundo Ambiental não demonstra abertura para prorrogar o prazo, pelo que uma possível solução poderá passar por outra entidade assumir temporariamente a liderança do projeto, com eventual mudança do líder em momento posterior.

Jorge Dias sugeriu o eventual estabelecimento de uma parceria entre as cinco áreas protegidas do Norte, salientando que o projeto poderia envolver uma componente de formação, sendo que cada área protegida organizaria uma sessão dedicada a um tema específico. Referiu, contudo, que nada se encontra ainda formalizado ou estruturado.

Graça Fonseca considerou importante realçar que persistem mais dúvidas do que orientações relativamente ao aviso em causa, sublinhando a necessidade de o Fundo Ambiental prestar esclarecimentos adicionais.

Referiu que, segundo o que entendeu, a reunião realizada no dia anterior entre os técnicos das Comissões de Cogestão e das respetivas Estruturas de Apoio, na qual participou João Carlos Farinha, teve como objetivo o levantamento de dúvidas e questões a submeter posteriormente ao Fundo Ambiental.

Destacou a importância de se realizar uma reunião conjunta que reúna todas as Comissões de Cogestão, de modo a esclarecer dúvidas relativas à formalização de parcerias.

Mencionou ainda que, considerando o atual período eleitoral e a impossibilidade de assumir determinados compromissos institucionais, nomeadamente no que respeita ao estabelecimento de parcerias essenciais à candidatura, será necessária uma prorrogação do prazo para permitir a apresentação de candidaturas formalmente bem instruídas.

[ponto 3.] Vasco Ferreira recordou a necessidade de recolher informação atualizada, nomeadamente fotografia e biografia do representante da APA, I.P., para efeitos de atualização do portal da Cogestão, bem como de confirmar se a APA pretende designar algum membro para integrar a Estrutura de Apoio.

[ponto 4.] Sérgio Mano referiu que o tema em apreço recolheu a concordância de todos os membros, considerando pertinente aprofundar a análise desta possível medida e iniciar os trabalhos preparatórios.

Sugeriu que, a nível técnico e interno, se proceda a um levantamento das áreas de caça existentes no Parque Natural do Litoral Norte, de modo a identificar as zonas com maior concentração e, posteriormente, avaliar as áreas passíveis de desafetação.

Carlos Ferreira informou que os trabalhos já foram iniciados, tendo sido comunicado que o processo será complexo, uma vez que deverá ser o proprietário do terreno a desencadear formalmente o pedido de desafetação.

[Outros assuntos]

Sérgio Mano informou que a empreitada de substituição e colocação de pilaretes na zona do Pinhal de Ofir decorreu recentemente, tendo sido substituídos os elementos danificados e colocados os pilaretes em falta, prevendo-se que esta intervenção contribua para um melhor ordenamento da circulação automóvel no local.

Vasco Ferreira informou que, no âmbito da empreitada COSMO 2.0 – segunda fase do Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental, decorreram levantamentos topo-hidrográficos na área do Parque Natural do Litoral Norte. Referiu que o COSMO 2.0, adjudicado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P.) e executado pela empresa ATLANTICLAND, tem a duração prevista de três anos, sendo financiado pelo Fundo Ambiental, num investimento global de cerca de dois milhões de euros. Explicou que o projeto dá continuidade à primeira fase, iniciada em 2018, tendo como objetivo fornecer informação essencial ao planeamento estratégico e à gestão integrada das zonas costeiras, através da recolha, processamento e análise de dados sobre a evolução das praias, dunas, arribas e fundos submarinos da costa continental portuguesa. Sublinhou que esta nova fase foi atualizada quanto à frequência e abrangência da monitorização, mantendo o foco nas zonas críticas com maior vulnerabilidade erosiva, entre as quais se inclui o troço Pedrinhas–Cedovém. Referiu ainda que, no caso de Esposende, os levantamentos topo-hidrográficos foram realizados em condições favoráveis, prevendo-se que os dados recolhidos sejam disponibilizados no *website* renovado do COSMO 2.0 durante o ano de 2025.

Artur Viana esclareceu que as estruturas recentemente identificadas na zona intertidal de Rio de Moinhos se encontram associadas a projetos científicos de monitorização internacional. Explicou que se trata de placas de recrutamento instaladas no âmbito do projeto “Hot Mess”, coordenado por Ramesh Wilson (Pembroke College, Oxford), no qual

o CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos participa como colaborador. O projeto tem como objetivo avaliar o efeito combinado da poluição e da temperatura na biodiversidade intertidal, através da utilização de placas de cores distintas que permitem observar variações térmicas e as suas consequências ecológicas.

Referiu ainda que o ponto de amostragem em Rio de Moinhos foi escolhido por representar uma zona de baixa poluição, sendo o local de Mindelo utilizado como contraponto mais impactado. Esclareceu que os locais são visitados anualmente para descarga de dados dos sensores de temperatura e registo fotográfico das placas, possibilitando a caracterização temporal da biodiversidade. Acrescentou que, paralelamente, o mesmo grupo de investigação coordena o projeto CCTBON – Coupled Coastal Temperature and Biodiversity Observation Network, liderado por Fernando Lima e Rui Seabra, que visa monitorizar a temperatura e biodiversidade intertidal em centenas de praias rochosas ao longo do Atlântico. Sublinhou que esta rede, atualmente com mais de 2.800 sensores de temperatura instalados em 243 pontos de amostragem distribuídos globalmente, constitui um instrumento fundamental para o estudo dos efeitos das alterações climáticas na distribuição das espécies marinhas. Os sensores utilizados são embutidos na rocha, apresentando impacto visual mínimo e elevada durabilidade, sendo já aplicados em contextos sensíveis, incluindo as Ilhas Selvagens, Antártida, Svalbard, Gronelândia, Brasil e Guiné-Bissau. Referiu, por fim, que a equipa científica manifestou interesse em reunir com o Parque Natural do Litoral Norte, com o propósito de partilhar a localização exata dos sensores, aprofundar a apresentação do projeto CCTBON e identificar potenciais áreas de colaboração futura.

Raquel Leite informou que o Município de Esposende submeteu duas candidaturas ao programa MAR2030, no âmbito dos avisos “Turismo Azul” e “O Mar do Litoral Norte”.

Explicou que a candidatura apresentada ao aviso “Turismo Azul” tem como objetivo a instalação de uma plataforma flutuante no estuário do rio Cávado, junto às piscinas municipais. Por sua vez, a candidatura submetida ao aviso “O Mar do Litoral Norte” visa o desenvolvimento de ações de comunicação e de mapeamento sobre os recifes biogénicos e as florestas submarinas do Parque Marinho do Litoral Norte.

Paulo Marques informou que teve conhecimento de que o vídeo de promoção dos 20 anos do Parque Natural do Litoral Norte, elaborado em prestação de serviços pela empresa

GreenEye Wildlife Solutions, contratado pela Comissão de Cogestão e financiado pela Câmara Municipal de Esposende, foi posteriormente submetido pelo autor ao concurso IRIS, promovido pelo Município de Terras de Bouro, tendo o mesmo [uma versão modificada] sido premiado com a primeira classificação de curtas metragens. Referiu que esta situação lhe suscita algumas dúvidas quanto à possibilidade de o autor ter concorrido sem autorização prévia, considerando importante que a Comissão tenha conhecimento do ocorrido e avalie a necessidade de salvaguardar este tipo de situações no futuro, nomeadamente quanto à utilização de conteúdos produzidos no âmbito de contratos públicos. Sublinhou ainda que, embora o vídeo promova o território e o Parque Natural do Litoral Norte, seria pertinente clarificar se este tipo de participação em concursos externos é admissível ou deve ser previamente autorizada.

Sérgio Mano confirmou que o autor do vídeo lhe enviou um *e-mail* a congratular a premiação obtida no concurso IRIS. Reconheceu que o vídeo foi efetivamente financiado pelo Município de Esposende, mas observou que, salvo disposição em contrário no respetivo caderno de encargos, os direitos de autor permanecem na posse do criador da obra, devendo definir-se claramente em contratos futuros se o Município pretende suportar os custos de adquirir os direitos integrais. Acrescentou que, não obstante essa situação, o Município e o território saíram beneficiados com a distinção obtida e não houve qualquer prejuízo, considerando que a premiação contribuiu para reforçar a promoção e a visibilidade do Parque Natural do Litoral Norte que de outra forma não teria sido obtida.

Jorge Dias, em representação do ICNF, I.P., expressou palavras de agradecimento e reconhecimento ao Dr. Sérgio Mano pela dedicação, competência e empenho com que conduziu os trabalhos da Comissão de Cogestão do Parque Natural do Litoral Norte, salientando a procura constante de consensos e a disponibilidade em resolver construtivamente todas as questões colocadas ao longo do seu mandato.

Seguidamente, todos os membros da Comissão de Cogestão e da Estrutura de Apoio felicitaram o Dr. Sérgio Mano pelo trabalho desenvolvido, tendo sido manifestado por aclamação um voto de louvor pelo desempenho, liderança e contributo prestado à cogestão do Parque Natural do Litoral Norte.

[ponto 5.] Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos do Regulamento de

Funcionamento desta Comissão. Sérgio Mano deu como concluída a reunião pelas doze horas, agendando a 45.ª reunião para dia 11 de novembro pelas 10:30, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Esposende.

LITO RAL NOR TE